



Demonstrações Financeiras Intermediárias

XS4 Capitalização S.A.

30 de junho de 2026



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório de Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	8
Balanços patrimoniais.....	14
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	21



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.s.as. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da XS4 Capitalização S.A. ("XS4 Capitalização" ou "Companhia"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, e do resumo do relatório do Comitê de Auditoria.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1. Inovação em serviços

Com o propósito de adequar nossos serviços às melhores práticas de sustentabilidade, incluindo a busca pela transformação digital, disponibilizamos Chat Bot. para clientes, colaboradores da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e parceiros no WhatsApp para obtenção de informações e realização de transações através do autosserviço. É possível consultar por meio do autosserviço: situação do título, informações referentes a sorteios, como resultados e números da sorte, saldo de reserva e informações de resgate, além da possibilidade de alterar cadastro, data de vencimento, dados bancários, reativação, solicitar documentos como Informe de Rendimentos, extrato, certificado e 2ª via de proposta. Essas melhorias trazem mais agilidade e segurança nos processos e, além de estarem alinhadas à estratégia, contribuem para a elevação nos índices de qualidade dos serviços e de satisfação dos clientes.

2. Desempenho das operações

- A receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 1.088.417 (R\$ 859.777 em 30 de junho de 2025), representando um aumento de 27% na referida rubrica.
- O valor total dos pagamentos de sorteios foi de R\$ 17.342 (R\$ 12.469 em 30 de junho de 2025), que equivale a um crescimento de 39%.
- O custo de aquisição registrado foi de R\$ 81.592 (R\$ 63.772 em 30 de junho de 2025), o que equivale a 7% da arrecadação da Companhia (7% no mesmo semestre do ano anterior).
- O ativo total da Companhia, em 30 de junho de 2026, é de R\$ 4.270.236 (R\$ 3.786.857 em 31 de dezembro de 2025), o que configurou um aumento de 13%.
- O patrimônio líquido da Companhia, em 30 de junho de 2026, é de R\$ 449.205 (R\$ 367.747 em 31 de dezembro de 2025), apresentando um aumento de 22%. Sendo que no primeiro semestre foram pagos R\$ 70.233 em dividendos, oriundos da reserva especial para dividendos, como parte do lucro líquido de 2025.
- Ao final do primeiro semestre de 2026, a Companhia registrou 3,2 milhões de clientes e uma carteira de 4,4 milhões de títulos ativos.
- Foram realizados, ainda, trabalhos em conjunto com as áreas jurídica, conformidade e marketing visando promover a constante melhoria na qualidade do atendimento aos clientes com foco nos processos, destacando-se: melhoria da experiência do cliente; e pesquisa de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.



3. Despesas Administrativas

As despesas administrativas incorridas no primeiro semestre de 2026 totalizaram R\$ 30.211 (R\$ 24.613 no mesmo semestre do ano anterior), representando um aumento de 23%, quando comparado ao mesmo semestre de 2025. A proporção das despesas administrativas incorridas no primeiro semestre de 2026, em relação à arrecadação, foi de 3% (3% no mesmo semestre do ano anterior). A manutenção desse índice é resultante da busca constante pela eficiência das operações, alinhada ao crescimento da Companhia.

4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras líquidas das despesas financeiras, no primeiro semestre de 2026, foram de R\$ 131.199, marcando um aumento de 68% em relação ao mesmo período de 2025, quando alcançou R\$ 77.948. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo incremento do montante financeiro médio investido nos Fundos de Investimento, que passou de R\$ 2.790.220 no primeiro semestre de 2025 para R\$ 3.876.950 no primeiro semestre de 2026, e pelo aumento da rentabilidade absoluta da carteira, que passou de 6,29% no período anterior para 6,82% no mesmo período de 2026, impulsionado principalmente pela manutenção da taxa CDI em patamar elevado e pela aceleração do IPCA, em grande medida decorrente do choque nos preços dos combustíveis.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores.

5. Recursos Humanos

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia retornou à sociedade R\$ 16.509 (R\$ 14.421 no mesmo semestre do ano anterior) em verbas salariais pagas aos colaboradores.

No primeiro semestre de 2026 a área de Recursos Humanos, dentre as principais ações realizadas visando o bem-estar dos colaboradores, implementou:

- Campanhas do Dia da Mulher, das Mães, Páscoa;
- Campanha de Vacinação contra a Gripe;
- Aumento do quadro de pessoal em 05 posições e realizadas 07 substituições de posições existentes;
- Contratação de temporário para cobertura de licença-maternidade;
- Acompanhamento dos planos de ação do GPTW com as lideranças;
- Palestra sobre Assédio para jovens da Instituição São Martino (instituição responsável pela gestão das jovens aprendizes) e na Casa do pequeno jornalista (Darcy Vargas)
- O PGR foi atualizado em janeiro de 2026 e atualmente estamos em revisão para a análise dos riscos psicossociais, aguardando laudo técnico para finalização.
- Fizemos palestras relacionadas ao tema de saúde mental no calendário de ações do RH, além de contar com a parceria da CIPA que trouxe o tema abordado nas palestras de Segurança Psicológica e Empatia Social e em fevereiro de 2026 fizemos uma palestra pra jovens aprendizes sobre assédio.
- Também contamos com a parceria da área de Compliance, que monitora os indicadores das denúncias relacionados aos riscos psicossociais e encaminham para o RH e para a Cipa para as devidas tratativas.
- Adicionamos na pesquisa de clima em vigência, afirmações sobre o tema para monitorar e tratar eventuais necessidades identificadas com as respostas da pesquisa.

6. Sustentabilidade e Incentivos Fiscais

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 666, de 27 de junho de 2022, encontram-se publicados no site da Companhia ([https:// www.caixacapitalizacao.com.br](https://www.caixacapitalizacao.com.br)) a Política de Sustentabilidade, o Estudo de Materialidade dos Riscos de Sustentabilidade e os Relatórios de Sustentabilidade, todos devidamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Reforçando seu compromisso com a sustentabilidade, a Companhia realiza, desde 2022, a compensação de suas emissões de gases de efeito estufa. Até o último inventário certificado, foram compensadas aproximadamente 540 toneladas de gases, assegurando a manutenção do selo de Carbono Neutro.



No primeiro semestre de 2026, mantivemos o compromisso na promoção da equidade de gênero. As mulheres representam 56% do total de colaboradores (58% em 31 de dezembro de 2025), 42% em níveis de gestão (41% em 31 de dezembro de 2025), e 36% das novas contratações (60% em 31 de dezembro de 2025). Abaixo destacamos a distribuição remuneratória por gênero.

Gêneros	30/06/2026			30/06/2025		
	Salário+Benefício	RV (Gratíf. + PLR)	Total	Salário+Benefício	RV (Gratíf. + PLR)	Total
Feminino	5.598	2.699	8.297	4.925	2.170	7.095
Masculino	5.566	3.266	8.832	4.335	2.474	6.809
Total	11.164	5.965	17.129	9.260	4.644	13.904

Nota: A remuneração total de mulheres em cargo de gestão foi de R\$ 2.784 em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.310 em 30 de junho de 2025).

A Política de Diversidade, Equidade e Inclusão foi elaborada e encontra-se em aprovação pelo Conselho de Administração.

No primeiro semestre de 2026, a Companhia promoveu iniciativas alinhadas aos pilares social, ambiental e de governança, com destaque para ações de educação financeira, diversidade, voluntariado, responsabilidade socioambiental e incentivo à cultura e à cidadania. Entre as iniciativas, destacam-se campanhas de doação de sangue, arrecadação de agasalhos, coleta de lixo eletrônico, doação de livros, plantio de 300 mudas na Floresta da Tijuca e eventos em comemoração à datas relevantes. No período, a Companhia também realizou a Comunicação de Progresso ao Pacto Global da ONU, reafirmando seu compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis.

A Companhia também intensificou sua estratégia de sustentabilidade por meio do apoio a projetos de arte, cultura, educação, saúde e esporte voltados a grupos minorizados em todo o Brasil, bem como pela continuidade da comercialização do produto de filantropia premiável XCAP do Bem, que destina 50% do valor arrecadado à FENAPAE Brasil (Federação Nacional das APAEs) e o lançamento do produto Hiper XCap, que destina 49,15% do valor arrecadado para o Hospital do Amor (Hospital do Câncer de Barretos).

No primeiro semestre de 2026 foram devolvidos à sociedade, através de projetos incentivados, o montante de R\$ 3.969 (R\$ 1.888, no mesmo semestre do ano anterior), R\$ 103.872 em impostos diretos (R\$ 92.790 no mesmo semestre do ano anterior), R\$ 16.685 em impostos indiretos (R\$ 14.438 no mesmo semestre do ano anterior), além de R\$ 70.233 em pagamento de dividendos (R\$ 55.304 no mesmo semestre do ano anterior).

7. Compliance

A Companhia possui uma estrutura própria dedicada ao monitoramento e à verificação do cumprimento das normas internas e da legislação vigente, assegurando a conformidade regulatória e a integridade de suas operações. Neste contexto, a Coordenação de Compliance desempenha um papel crucial na disseminação de informações e no acompanhamento das ações das áreas de negócios, com o objetivo de garantir o alinhamento às exigências legais e regulatórias. A aplicação das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Companhia é de responsabilidade da Comissão de Ética, que, com o apoio da Coordenação de Compliance, realiza um acompanhamento contínuo e implementa ações periódicas para promover a conscientização e o engajamento dos colaboradores e parceiros de negócios em relação aos princípios éticos e às boas práticas corporativas. Além do mais, a Companhia mantém canal de denúncias terceirizado, alinhado às melhores práticas de mercado, acessível ao público interno e externo, permitindo a comunicação de suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, garantindo o sigilo das informações e a proteção da identidade do denunciante.



8. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Companhia está comprometida com a prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Para atingir esse objetivo, possui processos, sistemas e controles robustos, em conformidade com sua Política específica e Avaliação Interna de Riscos, contando com uma equipe qualificada para monitorar operações e relacionamentos. São realizados treinamentos periódicos para disseminar as diretrizes e responsabilidades de cada área, incentivando a adoção de medidas eficazes para prevenir e combater crimes relacionados à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, bem como ao financiamento do terrorismo. Essas ações visam fortalecer a conscientização e garantir a conformidade com as normas vigentes.

9. Privacidade de dados

Com o avanço e a rápida expansão das soluções digitais, a Companhia implementou um conjunto de normas, processos e controles para assegurar a gestão adequada e a proteção da privacidade dos dados, em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Companhia está continuamente aprimorando sua governança por meio de medidas preventivas e corretivas, com foco na disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações de clientes, colaboradores e parceiros de negócios.

Sob a orientação do Encarregado de Proteção de Dados (*Data Protection Officer - DPO*), a Companhia assegura a conformidade com as legislações aplicáveis e promove a melhoria contínua da qualidade, transparência e proteção dos dados, bem como o atendimento às solicitações dos titulares de dados pessoais. São realizadas capacitações e ações de conscientização, além de adoção de boas práticas de segurança para proteção, identificação, detecção e resposta a ameaças.

10. Gestão de Riscos

A Companhia, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria de Riscos e Controles Internos, composta por uma Gerência de Governança, uma Coordenação de Compliance e uma Coordenação de Riscos e Controles Internos, que atuam conforme normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos, aos quais está exposta, sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

A gestão de riscos na Companhia, conta com a participação de todas as 3 linhas contempladas pelo escopo de governança corporativa, abrangendo desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, na identificação e gestão dos riscos como primeira linha. A Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, que atua na supervisão e aconselhamento contribuindo para a otimização do ambiente de controle da Companhia, bem como na melhoria contínua dos processos da Diretoria de Riscos e Controles Internos.

Nesse contexto, as definições da Declaração de Appetite a Riscos, a promoção da cultura de gestão de riscos, a difusão das políticas, normas e processos, a gestão da continuidade de negócios (GCN) bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos formam as diversas linhas de atuação da Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados nas Resoluções CNSP e Circulares Susep aplicáveis ao seu negócio e nível de supervisão, a fim de manter sua conformidade com a legislação vigente.

11. Controles Internos

A Coordenação de Riscos e Controles Internos tem como objetivo apoiar todas as áreas de primeira linha na construção e manutenção de um ambiente de controles robusto e em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias neste ambiente, de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como o nível de confiança nas Demonstrações apresentadas.

Suas atividades estão aderentes às normas locais e seguem as diretrizes da política de Gestão de Riscos e Controles Internos e os principais frameworks internacionais de controles, tal como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a ABNT NBR ISO 31000:2018. A Companhia observa as definições e requisitos apresentados, assegurando a conformidade com a legislação vigente.



12. Governança

A Companhia vem buscando a constante melhoria dos processos operacionais e elevação de seus resultados, com concomitante observância do desenvolvimento de controles internos, gestão de risco e implementação das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa, composta pela gerência de governança e societário e operacionalmente composta por:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Diretoria Executiva;
- Comitê Consultivo Financeiro;
- Comitê de Risco e Compliance;
- Comitê de Nomeação e Remuneração;
- Comitê de Produtos e Negócios;
- Comitê de Auditoria; e
- Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Esta estrutura permite aos acionistas monitorarem a Administração da Companhia de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, promoverem a adoção de boas práticas que visem atender a conformidade legal, regulatória e estatutária e impulsionarem o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

13. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foram prestados pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. até 31 de dezembro de 2025, pelo valor anual bruto de R\$ 374. A partir de 1º de janeiro de 2026, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais brutos no montante de R\$ 354.

14. Agradecimentos

A Administração da XS4 Capitalização S.A aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores e parceiros de negócio pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio regulatório.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XS4 Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da XS4 Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

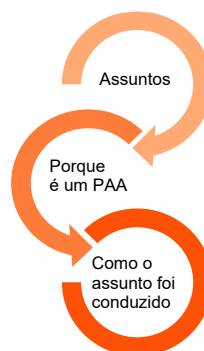
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras intermediárias no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





XS4 Capitalização S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.10 e 18) A Companhia apresenta passivos relevantes decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões técnicas - capitalização" no balanço patrimonial. Essas provisões são compostas substancialmente pelas Provisões para Resgates (PR), incluindo a Provisão Matemática para Capitalização (PMC), e Provisões para Sorteios a Realizar (PSR). A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. A Provisão para Resgate (PR) representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados. A mensuração dessas provisões depende das condições gerais dos planos, das notas técnicas atuariais, das movimentações operacionais de arrecadação, resgates e sorteios, bem como da atualização monetária aplicável. Considerando a relevância dos saldos de provisões técnicas de capitalização e a necessidade de aplicação adequada das metodologias atuariais e critérios regulatórios, consideramos esse assunto como uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Obtivemos entendimento dos processos e controles relevantes relacionados à mensuração das provisões técnicas de capitalização, incluindo a avaliação das respectivas notas técnicas atuariais, e reconciliamos os saldos contábeis com os relatórios operacionais e de movimentação das provisões na data-base. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos a metodologia de mensuração e as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo da PMC. Também testamos a completude da base de dados diretamente utilizada na revisão das movimentações dos fluxos PMC e efetuamos o recálculo dessa provisão na data-base de 30 de junho de 2026. Para as demais provisões técnicas de capitalização, avaliamos a consistência dos critérios de constituição e atualização com as condições dos planos e as respectivas notas técnicas atuariais, incluindo os parâmetros aplicáveis a resgates e sorteios. Executamos, ainda, procedimentos de análise da movimentação, reconciliação e testes documentais, em base amostral, inclusive sobre resgates e sorteios pagos no período e os respectivos comprovantes de liquidação financeira, conforme aplicável. Consideramos que os critérios utilizados na mensuração das provisões técnicas de capitalização e as respectivas divulgações estão consistentes com as evidências obtidas em nossa auditoria.



XS4 Capitalização S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade do ativo intangível - Balcão Caixa (Notas 3.6 e 11)	
A Companhia possui ativo intangível principalmente relacionado ao direito de exclusividade para comercialização de produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão Caixa"), amortizado linearmente durante o prazo contratual.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
A administração avalia a recuperabilidade desse ativo por meio de estudo técnico elaborado internamente que envolve julgamentos relevantes e premissas que impactam a determinação do valor recuperável.	Obtivemos entendimento dos termos e condições do contrato que originou o direito de exclusividade, incluindo o prazo de vigência utilizado na definição da vida útil do ativo intangível e na elaboração das projeções de fluxo de caixa.
Considerando a relevância do saldo e a sensibilidade do valor recuperável a essas premissas, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.	Verificamos o método de amortização linear adotado pela Companhia e sua consistência com o prazo contratual remanescente do direito de exclusividade.
	Avaliamos a metodologia utilizada pela administração no teste de recuperabilidade, a consistência das projeções e a razoabilidade das principais premissas adotadas.
	Comparamos o valor recuperável apurado pela administração com o valor contábil do ativo intangível e avaliamos a conclusão quanto à inexistência de perda por redução ao valor recuperável.
	Avaliamos, ainda, a suficiência das divulgações relacionadas ao ativo intangível e ao respectivo teste de recuperabilidade nas notas explicativas.
	Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para avaliação da recuperabilidade do ativo intangível - Balcão Caixa são consistentes com as evidências obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2025, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2026 e 28 de agosto de 2025, respectivamente, sem ressalvas.



XS4 Capitalização S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em



XS4 Capitalização S.A.

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



XS4 Capitalização S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
afella
Assinado por: MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS 04280218707
CPF: 04280218707
Data/Hora da Assinatura: 27 August 2026 | 19:31 BRT
© ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C-SP
Emissor: AC SyngularID Múltipla
+0A201102F7446B

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
CIRCULANTE		2.030.560	1.734.952
Disponível		1.662	13
Caixa e bancos		1.499	13
Equivalente de caixa	7	163	-
Aplicações	7	2.004.784	1.716.545
Créditos das operações		23.455	18.128
Créditos das operações de capitalização	8	22.067	17.610
Outros créditos operacionais		1.388	518
Títulos e créditos a receber		659	266
Créditos tributários e previdenciários	9.1	5	5
Outros créditos		654	261
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.239.676	2.051.905
Realizável a longo prazo		2.099.589	1.909.456
Aplicações	7	2.049.905	1.868.176
Créditos tributários e previdenciários	9.2	38.591	28.295
Outros valores e bens	10	11.093	12.985
Imobilizado		3.207	669
Intangível	11	136.880	141.780
TOTAL DO ATIVO		4.270.236	3.786.857



Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE		3.815.599	3.411.085
Contas a Pagar		36.327	37.416
Obrigações a pagar	12	13.289	17.389
Impostos e encargos sociais a recolher	13	2.041	2.097
Encargos trabalhistas	14	2.138	1.568
Impostos e contribuições	15	18.859	16.362
Débitos de operações com capitalização	16	1.235	3.975
Depósitos de Terceiros	17	1.176	5
Provisões técnicas - capitalização	18	3.773.858	3.365.952
Provisão para resgates		3.720.233	3.316.495
Provisão para sorteio		53.625	49.457
Outros débitos	10	3.003	3.737
Passivo de arrendamento		3.003	3.737
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.432	8.025
Outros Débitos		5.432	8.025
Provisões judiciais	20	241	239
Passivo de arrendamento	10	5.191	7.786
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	449.205	367.747
Capital Social		74.670	74.670
Reserva de capital		180.000	180.000
Reservas de lucros		82.461	152.694
Ajustes de avaliação patrimonial		(47.336)	(39.617)
Lucro líquido do semestre		159.410	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.270.236	3.786.857



Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas explicativas	30/06/2026	30/06/2025
Receitas com títulos de capitalização		1.088.417	859.777
Contribuição com títulos de capitalização		1.088.417	859.777
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	24 a)	767.617	568.666
Contribuição - quotas de carregamento	24 a)	320.800	291.111
Variação da provisão para resgate	24 b)	(762.128)	(559.565)
Variação da provisão com sorteios	24 c)	(15.983)	(9.894)
Custo de aquisição	24 d)	(81.592)	(63.772)
Outras receitas e despesas operacionais	24 e)	(43.001)	(43.226)
Outras receitas operacionais		27.819	15.683
Outras despesas operacionais		(70.820)	(58.909)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		185.713	183.320
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(30.211)	(24.613)
Pessoal próprio		(16.509)	(14.421)
Serviços de terceiros		(1.178)	(1.221)
Localização e funcionamento		(8.393)	(6.653)
Publicidade e propaganda		(3.793)	(2.028)
Publicações		(76)	(67)
Donativos e contribuições		(202)	(184)
Despesas administrativas diversas		(60)	(39)
Despesas com tributos	24 f)	(17.642)	(15.605)
Resultado financeiro	24 g)	131.199	77.948
Receitas financeiras		260.599	174.312
Despesas financeiras		(129.400)	(96.364)
RESULTADO OPERACIONAL		269.059	221.050
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(7)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		269.059	221.043
Imposto de renda	25	(64.829)	(53.818)
Contribuição social	25	(43.487)	(33.179)
Participações sobre o lucro	25	(1.333)	(1.700)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		159.410	132.346
Quantidade de Ações		13.334	13.334
Lucro líquido do semestre por lote de mil ações - R\$		11,96	9,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	159.410	132.346
Ajustes de avaliação patrimonial - Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros resultados Abrangentes (VJORA)	(7.719)	8.925
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(20.038)	14.875
Imposto sobre ajuste a valor de mercado	12.319	(5.950)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	151.691	141.271


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS					Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva especial para dividendos	Dividendo Adicional Proposto			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.670	180.000	14.934		51.228	(46.378)	-	274.454
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	8.925	-	8.925
Dividendos pagos	-	-	-	-	(51.228)	-	-	(51.228)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	132.346	132.346
Saldos em 30 de junho de 2025	74.670	180.000	14.934	-	-	(37.453)	132.346	364.497
Saldos em 31 de dezembro de 2025	74.670	180.000	14.934	137.760	-	(39.617)	-	367.747
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(7.719)	-	(7.719)
Dividendos pagos	-	-	-	(70.233)	-	-	-	(70.233)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	159.410	159.410
Saldos em 30 de junho de 2026	74.670	180.000	14.934	67.527	-	(47.336)	159.410	449.205



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	159.410	132.346
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	6.493	5.046
Despesas de juros	196	18
Lucro líquido ajustado	166.099	137.410
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(477.687)	(548.917)
Créditos das operações de capitalização	(5.327)	(14.972)
Créditos tributários e previdenciários	261	(42)
Ativo fiscal diferido	(10.296)	6.629
Outros valores e bens	1.892	429
Outros ativos	(2.158)	(2.247)
Outras contas a pagar	(3.690)	(1.809)
Impostos e contribuições	106.294	86.318
Débitos de operações com capitalização	(2.740)	(1.970)
Depósitos de terceiros	1.171	11
Provisões técnicas - capitalização	407.906	487.339
Outros débitos - provisões judiciais	2	214
Outros passivos	271	-
Caixa gerado pelas operações	181.998	148.393
Juros pagos	(17)	(18)
Impostos sobre lucros pagos	(103.872)	(92.790)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	78.109	55.585
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Compra Imobilizado	(2.627)	(224)
Compra Intangível	-	(46)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.627)	(270)



	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(3.600)	(427)
Distribuição de dividendos	(70.233)	(55.304)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(73.833)</u>	<u>(55.731)</u>
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.649</u>	<u>(416)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	13	485
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.662	69



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS4 Capitalização S.A. (denominada “XS4 Capitalização” ou “Companhia”), constituída em 19 de agosto de 2020, é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.804/0001-32, tem sua sede localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000 - Ed Aqwa Corporate, 17º andar, SL 1701 – Rio de Janeiro – Brasil, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas unidades da federação, desde de sua constituição, sendo, à época, uma subsidiária integral da Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding Securitária”), tendo por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

A Companhia tem sua estrutura acionária composta da seguinte forma: A Caixa Holding Securitária S.A. mantém 75% de participação no capital total da Companhia, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. A Icatu Seguridade S.A., por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Companhia.

No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade (“Grupo”), a Companhia foi constituída conforme o acordo de associação firmado entre Icatu Seguridade S.A. (“Icatu Seguros”) e Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade que tem direito a explorar, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado “Balcão CAIXA”).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R21) – Demonstrações intermediárias e CPC 26 (R21) – Apresentação das Demonstrações contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2026.

2.1. Base de mensuração

Os valores contidos nas Demonstrações são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Equivalente de caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

3. Resumo das práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1. Apuração do resultado

Com a edição da Circular SUSEP nº 678/22, com vigência a partir de 2024, o resultado da Companhia passou a ser apurado pelo regime contábil de competência.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscrito (quotas de capitalização e sorteio) e a receita de carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

- I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito de diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base; e
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e, consequentemente em trânsito.

São considerados equivalentes de caixa as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente através de cotas de fundos de investimentos exclusivos, podendo ser também detidos de forma direta pela Companhia em títulos públicos e por fundos de investimentos não exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros – que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixas contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

3.4.1. Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Um instrumento financeiro é classificado pelo Valor Justo por meio do Resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

3.4.2. Custo amortizado

Um instrumento financeiro é classificado ao custo amortizado quando é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é exclusivamente o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, e quando seus termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (teste SPPJ).

3.4.3. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Um instrumento financeiro é classificado como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes se as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.4.4. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização” e “Títulos e créditos a receber”, que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.5. Arrendamentos

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida de 5 anos à taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e o contrato de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato (20 anos).

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos, se e quando ocorrem, são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas Administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica “Resultado Patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis da Companhia referem-se basicamente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de rede de distribuição (Balcão Caixa), conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

3.7 Impairment de ativos financeiros

3.7.1 Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são decorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode estar estimado de maneira confiável pela Administração.

A carteira de investimentos da Companhia é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses mesmos títulos. Adicionalmente, a Política de Investimentos veda a realização de aplicações em títulos privados, afastando, portanto, a exposição a ativos sujeitos a risco de crédito relevante. Dessa forma, a Companhia entende que os títulos públicos federais apresentam risco de crédito insignificante para fins de mensuração da perda de crédito esperada, nos termos do CPC 48. Em razão dessa avaliação, não são reconhecidas perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros. Nesse contexto, o estudo foi elaborado com o objetivo de formalizar o racional técnico adotado pela Companhia, bem como documentar os fundamentos que suportam a conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas sobre os ativos atualmente mantidos em carteira.

A manutenção de parcela da carteira classificada contabilmente a Custo Amortizado está alinhada à estratégia de Asset and Liability Management (ALM) da Companhia. Essa estratégia tem como objetivo casar-se as durations dos ativos e dos passivos, refletindo a intenção e a capacidade da Companhia de manter esses títulos até o vencimento. A classificação a Custo Amortizado reduz os impactos decorrentes da volatilidade das taxas de mercado sobre o PLA e, consequentemente, sobre a solvência, preservando maior estabilidade na posição de capital da Companhia



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao longo do horizonte de investimento. Adicionalmente, a Companhia mantém nível adequado de liquidez em ativos indexados ao CDI, suficiente para fazer frente às obrigações de curto prazo. Dessa forma, não há expectativa de alienação antecipada dos títulos classificados a Custo Amortizado para atendimento de necessidades de caixa, reforçando a aderência dessa classificação ao modelo de negócios e à estratégia de gestão integrada de ativos e passivos.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do Imposto de Renda sobre as Pessoas Jurídicas – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, correntes e diferidos, no ativo e passivo, é feito com base em cálculos considerando as alíquotas de tributos vigentes na data-base das Demonstrações, sendo o IRPJ 25% e a CSLL 17,5%, considerando as adições e exclusões previstas na legislação em vigor e compensações de créditos tributários são aplicadas, quando cabíveis. A expectativa da Administração sobre a realização das diferenças temporárias existentes, com base em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de cinco anos, permite os reconhecimentos dessas diferenças temporárias no ativo diferido, cuja mensuração reflete as alíquotas esperadas no período de realização.

Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabeleceu, dentre outras providências, novas regras para concessão de incentivos e benefícios tributários; a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, para as empresas de capitalização de forma progressiva de 17,5% a partir de 1º abril de 2026, e 20% a partir de 2028.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, as decisões e posicionamento dos Tribunais em ações semelhantes, sendo revista de acordo com a fase processual e as decisões proferidas no processo. Com exceção das custas judiciais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelos respectivos tribunais, em cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Não são provisionados os valores relacionados às custas e taxa judiciais e os depósitos recursais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais

Os honorários de sucumbência são registrados no sistema de acompanhamento processual da Companhia e incluídos no cálculo da provisão do processo, cujas informações são cadastradas pelos escritórios externos, com base nas decisões judiciais e, posteriormente, validadas pelo Jurídico interno. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios legais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.10. Provisões técnicas

Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão de receitas diferidas

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022 e Circular SUSEP nº 678/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão.

3.11. Estimativas

A preparação das Demonstrações de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas de Aplicações Financeiras incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações; e
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil.

3.12. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar dos colaboradores. O colaborador poderá contribuir de 3% a 12% do seu salário base mensal e a empresa aporta o mesmo percentual. As contribuições do patrocinador, são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o acordo tem como referência a Convenção Coletiva de Trabalho. A participação está condicionada a existência de Lucro no exercício, juntamente com o alcance das metas corporativas, das metas estabelecidas para cada área e da avaliação individual qualitativa.

Os demais benefícios são: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e auxílio funeral, vale-transporte, vale-refeição e alimentação, auxílio creche, auxílio academia, universidade corporativa, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

4. Normas

4.1. Nova norma ainda não adotada

4.1.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 227/2025, que institui o Comitê Gestor do IBS, os processos administrativos tributários e a repartição da arrecadação desse tributo.

Em 29 de abril de 2026, foi publicado o Decreto nº 12.955/2026, regulamentando a CBS e em 30 de abril de 2026, o Comitê Gestor do IBS publicou a Resolução CGIBS nº 6, regulamentando o IBS.

A Companhia vem monitorando a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações e orientações que forem sendo publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4.1.2. CPC 51 (IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*)

O pronunciamento técnico CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, convergente ao IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, substituindo o CPC 26(IAS1). O CPC 51 introduz alterações principalmente relacionadas à apresentação do desempenho financeiro, com foco na padronização de subtotais e na classificação de receitas e despesas em categorias específicas. O pronunciamento não altera os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Em 22/12/2025, o CFC publicou NBC TG 51, aprovando o CPC 51 e Resolução CVM nº 238 de 26 de dezembro de 2025, aprovou o documento de revisão de pronunciamento técnico nº 28 - alterações decorrentes do CPC 51.

A aplicação do CPC 51 é obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027; A companhia está avaliando a absorção da norma e seus impactos nas demonstrações financeiras em 2026, visando garantir o reconhecimento dos seus reflexos comparativo, quando da sua adoção.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.3. CPBS 01 e 02 – Riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade e ao clima

Em setembro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) aprovou o CBPS 01 e CBPS 02, que requerem que a entidade divulgue informações sobre os riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e ao clima. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das NBC TDS01 e NBC TDS02 dispõe que a norma se aplica em, ou após, 1º de janeiro de 2026, contudo os pronunciamentos ainda não foram referendados pela SUSEP.

5. Gestão de risco

A Companhia possui Estrutura de Gestão de Riscos própria, a qual foi estabelecida de forma integrada a um Sistema de Controles Internos suportados por uma estrutura organizacional, normativos, ferramentas e processos, os quais são constantemente revisados e atualizados.

5.1. Sistema de controles internos e gestão de riscos

A EGR da Companhia foi estabelecida conforme a Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021 e suas atualizações, tendo como principal finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. As incertezas que possam afetar os objetivos estabelecidos pela Companhia são mapeadas e compõem os inventários de riscos, mantendo-se o monitoramento dos principais riscos na matriz de riscos. Os riscos estão subdivididos nas categorias de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico, conformidade, reputacional e de subscrição, também em conformidade com o que define a legislação vigente.

As respostas aos riscos são realizadas e monitoradas pelas três linhas da Companhia. A primeira linha é composta pelas áreas de negócio que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos. A segunda linha é formada pelas áreas que centralizam atividades de gestão de riscos, compliance e controles internos. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle, desenvolvimento da cultura de Gestão de Riscos, além de servirem como agentes facilitadores da comunicação entre as unidades de negócios da Companhia. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos inventariados são classificados de acordo com seu potencial de impacto e probabilidade de materialização.

Em conformidade com a Resolução CNSP 416, a Companhia possui uma Diretora de Riscos e Controles Internos, assessorado por uma Coordenação de Riscos e Controles Internos, uma Coordenação de Compliance e uma Gerência de Governança, a partir das quais vem estruturando e melhorando seus controles internos e aumentando sua eficiência e eficácia.

Em relação à Gestão da Continuidade do negócio, a XS4 Capitalização S.A. possui seus processos críticos identificados por meio da sua BIA (Business Impact Analysis), bem como os respectivos planos operacionais (PCNs), os quais são testados, no mínimo, uma vez ao ano.

Anualmente são promovidas ações de capacitação e comunicação para acultramento, com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a gestão de riscos e conformidade, abordando temas como a importância da Gestão da Continuidade do Negócio, papel das 3 linhas, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, Lei Geral de Proteção de Dados e a Ética no ambiente corporativo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

6.1. Principais riscos associados

6.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, ou seja, o risco de que o emissor do título não honre o principal e/ou o pagamento de juros.

A estratégia atual da Companhia é considerar investimentos e ativos de baixo risco. Atualmente, o investimento em ativos de emissores privados é vedado na Política de Investimentos.

No fundo exclusivo, em 30 de junho de 2026, o volume em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos totalizou R\$ 2.456. Enquanto, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, em decorrência de alinhamento com a gestão do fundo, visando à redução do capital requerido para o risco de crédito. Já o montante de ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa foi de R\$ 163, por sua vez, a Companhia não apresentava saldo nessa rubrica, em razão do mesmo racional adotado para as operações compromissadas.

Já no fundo não exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 39.453 em 30 de junho de 2026 (R\$ 22.898 em 31 de dezembro de 2025).

No fechamento do primeiro semestre de 2026, tanto as operações compromissadas quanto os equivalentes de caixa geraram uma exigência de capital de risco de crédito na ordem de R\$ 671 (R\$ 631 gerado pelo não exclusivo) desconsiderando a diversificação dos riscos.

6.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração o VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês com nível de confiança de 95%, e usando a metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade com Lambda de 0,94. No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2026			31/12/2025		
	EWMA	VAR	Exposição	EWMA	VAR	Exposição
SELIC/CDI	-	-	1.923.940	0,94	(37)	1.639.630
IPCA	0,94	54.526	2.084.687	0,94	33.738	1.950.964



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O VaR apurado foi calculado com base na premissa de marcação a mercado de todos os ativos da carteira, líquidos dos custos, incluindo aqueles registrados pela curva e classificados como Custo Amortizado. Nessa perspectiva, a exposição ao IPCA corresponde à soma do valor contábil das NTN-Bs, no montante de R\$ 2.131.186, com a menos-valia — entendida como a diferença entre o valor de mercado e o valor pela curva — dos ativos classificados como Custo Amortizado, no valor de R\$ (46.499).

O cálculo do VaR não considera os saldos registrados em valores a pagar, valores a receber e em caixa mantidos nos fundos exclusivo e não exclusivo, que totalizavam R\$ (274) em 30 de junho de 2026 (R\$ (298) em 31 de dezembro de 2025), uma vez que tais posições não possuem indexadores de mercado e, consequentemente, não estão sujeitas à volatilidade decorrente das oscilações dos fatores de risco de mercado.

6.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade mensal da carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A necessidade de liquidez de longo prazo será monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente pela Diretoria Financeira Administrativa.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2026			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	1.499	-	-	1.499
Equivalente de caixa	163	-	-	163
Aplicações financeiras (*)	133.761	133.806	3.787.396	4.054.963
Crédito das operações	27.521	-	-	27.521
Títulos e créditos a receber	659	-	-	659
Realizável a longo prazo	3.307	7.786	-	11.093
Total de ativos	166.910	141.592	3.787.396	4.095.898
Contas a pagar	40.393	-	-	40.393
Provisões Técnicas	835.086	943.752	1.995.020	3.773.858
Débito das operações	1.235	-	-	1.235
Outros Débitos	5.599	2.595	-	8.194
Depósitos de terceiros	1.176	-	-	1.176
Total de passivos	883.489	946.347	1.995.020	3.824.856



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	13	-	-	13
Aplicações financeiras (*)	227.596	120.978	3.236.446	3.585.020
Crédito das operações	17.610	-	-	17.610
Títulos e créditos a receber	266	-	-	266
Realizável a longo prazo	3.538	6.369	3.078	12.985
Total de ativos	249.023	127.347	3.239.524	3.615.894
Contas a pagar	37.416	-	-	37.416
Provisões técnicas	710.181	752.961	1.902.810	3.365.952
Débito das operações	3.975	-	-	3.975
Outros débitos	5.368	2.998	3.396	11.762
Depósitos de terceiros	5	-	-	5
Total de passivos	756.945	755.959	1.906.206	3.419.110

(*) O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar dos Fundos (exclusivo e não exclusivo). Estes valores representam o montante de R\$ (274) em 30 de junho de 2026 (R\$ (299) em 31 dezembro de 2025).

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações financeiras. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

6.1.4. Risco operacional

O Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Risco Operacional pode se materializar ainda em função de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal ou cibernético, e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de gestão de riscos corporativos com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são classificados através de graduação de probabilidade e impacto.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados pela Coordenação de Riscos e Controles Internos, que reporta os resultados a Diretoria de Riscos e Controles Internos.

A Companhia conta com uma ferramenta para fazer a gestão dos riscos e controles internos e planos de ação da Companhia. Esta ferramenta possibilita que a área faça uma gestão de maneira automatizada e integrada com a Auditoria Interna, respeitando-se sua independência. Além disso, esta ferramenta possibilita a gestão do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O BDPO encontra-se em fase final de implementação, e ficará disponível para o registro das perdas operacionais que se materializarem, permitindo uma análise de causas-raízes dos eventos que as originaram e a criação de planos de ação para desenvolvimento de novos controles ou melhoria daqueles existentes.

A ferramenta de GRC contratada para automatizar a gestão de riscos da Companhia possui um módulo de gestão de perdas. Através deste módulo será possível realizar o registro e mapeamento das possíveis fontes de perda operacional da Companhia. A necessidade da contratação de uma ferramenta para a gestão de perdas foi definida por meio de estudo interno, visando a conformidade com a legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no art. 3º da Circular SUSEP nº 666, em 2025, o Estudo de Materialidade dos Riscos de Sustentabilidade foi revisado a fim de identificar, reavaliar e reclassificar os riscos de sustentabilidade os quais a Companhia se encontra exposta, onde foram levadas em consideração características de suas atividades, operações, produtos, serviços, clientes, fornecedores e prestadores de serviços. O estudo reiterou a conclusão de que estes riscos são imateriais. Não obstante, a Companhia monitora estes riscos a fim de identificar possíveis tendências de impactos futuros.

6.1.5. Risco de subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de títulos de capitalização e provisões técnicas.

Para o risco de subscrição são considerados:

- a) limite máximo de um percentual definido internamente do último patrimônio líquido auditado do exercício anterior para o valor máximo do somatório de todos os sorteios previstos por série e por mês; e
- b) o tamanho de série utilizado em cada novo produto será sempre compatível com a expectativa do volume de vendas daquele produto.

Para todos os seus produtos, a Companhia utiliza um sistema de tecnologia da informação que otimiza a distribuição de números da sorte, visando a menor dispersão possível do risco de sorteio. Este cálculo é acompanhado, mensalmente, pelo Diretor Técnico e de Produtos.

Para a taxa de juros garantida, devem ser considerados os seguintes fatores:

- a) os valores compatíveis com as projeções do cenário econômico publicado pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN); Atualmente a taxa de juros utilizada é 0,5% ao mês para todos os produtos da Companhia; e
- b) caso o cenário econômico venha se alterar significativamente, a Companhia revisará os seus produtos podendo readequar a taxa de juros garantida. O monitoramento do cenário econômico é feito através da projeção de indicadores de riscos financeiros em cenários de estresse.

6.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos são revisados e discutidos periodicamente, pelo menos 1 vez ao ano, em reuniões realizadas com os diretores executivos, para que eles possam avaliar individualmente a pertinência e as exposições de probabilidade e impacto e, posteriormente, de forma consensual entre toda a Diretoria Executiva.

A revisão dos riscos estratégicos faz parte do ciclo de revisão do inventário de riscos da Companhia e busca identificar ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia por meio do seu planejamento estratégico, bem como os riscos emergentes e os eventuais cenários de crise ao qual a Companhia possa estar exposta.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

7.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

Em 30 de junho de 2026, a Companhia, por meio dos fundos de investimentos em que aplica, alocou 100% de seus recursos em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano).

O valor total das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) no fundo exclusivo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 1.784.224 (R\$ 1.560.428 em 31 de dezembro de 2025).

O total referente às NTN-Bs no fundo exclusivo foi de R\$ 2.131.186 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.945.389 em dezembro de 2025). Do total de ativos indexados ao IPCA, R\$ 1.088.829 encontram-se classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), enquanto R\$ 1.042.357 estão classificados ao custo amortizado.

As alocações realizadas em NTN-Bs classificadas na categoria Custo Amortizado são compatíveis com a capacidade financeira da Companhia e estão alinhadas à estratégia de *Asset-Liability Management* (ALM), cujo objetivo é promover o adequado casamento entre *durations* dos ativos e passivos e contribuir para a sustentabilidade financeira de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia mantém parcela relevante de seus ativos alocada em instrumentos com *duration* próxima de zero ano e indexados ao CDI, assegurando elevado nível de liquidez. Soma-se a isso a manutenção de ativos financeiros em montante superior às necessidades de cobertura das reservas técnicas, proporcionando capacidade para absorver eventuais necessidades de liquidez mesmo em cenários adversos."

A custódia dos títulos públicos federais que compõem a carteira dos fundos exclusivos e não exclusivos estão na SELIC e são acompanhados e conferidos periodicamente.

A XS4 Capitalização S.A. remunerou a CAIXA Asset Management DTVM S.A. o montante de R\$ 1.439 até o fechamento do primeiro semestre de 2026 (R\$ 2.322 em 2025), referente a taxa de administração do Fundo Caixa Exclusivo XS4 FIF RF RL.

A Companhia estruturou a sua carteira de investimentos através dos fundos de investimentos exclusivos e um fundo não exclusivo. A seguir segue a demonstração da abertura das carteiras desses fundos, considerando os valores dos ativos investidos, assim como outros valores pertencentes às carteiras:

	30/06/2026	31/12/2025
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	3.881.590	3.505.527
Títulos Públicos	3.879.410	3.505.817
Operações Compromissadas (*)	2.456	-
Disponibilidades	11	7
Valores a Pagar	(317)	(298)
Valores a Receber	30	1
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	173.262	79.194
Total das Aplicações Financeiras - Fundos Consolidados	4.054.852	3.584.721
Circulante	2.004.784	1.716.545
Não circulante	2.049.905	1.868.176

(*) Destaca-se que parte do saldo das operações compromissadas, as quais compõem as carteiras dos fundos investimentos exclusivos, é apresentada nestas Demonstrações financeiras como Equivalente de Caixa, uma vez que atendem cumulativamente aos critérios estabelecidos no item 6, do CPC 03 (R2). Os valores são da ordem de R\$ 163 em 30 de junho de 2026 (R\$ 0, em 31 de dezembro de 2025).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue demonstração da abertura da carteira:

30/06/2026				
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Operações Compromissadas – Equivalente de caixa	Selic	163	163	
Total		163	163	
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Quotas de Fundos de Investimento				
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.748.224	1.748.224	
Operações Compromissadas	Selic	2.293	2.293	
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(276)	(276)	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	173.262	173.262	
Total		1.923.503	1.923.503	
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 6,06%	1.088.829	1.174.895	(86.066)
Total		1.088.829	1.174.895	(86.066)
Custo Amortizado	Taxas contratadas	Valor contábil /curva	Valor justo	
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 7,26%	1.042.357	995.858	
Total		1.042.357	995.858	



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2025				
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Quotas de Fundos de Investimento				
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.560.428	1.560.428	
Operações Compromissadas	Selic	-	-	
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(290)	(290)	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	79.194	79.194	
Total		1.639.332	1.639.332	

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,87%	1.069.807	1.135.835	(66.028)
Total		1.069.807	1.135.835	(66.028)

Custo Amortizado	Taxas contratadas	Valor contábil /curva	Valor justo	
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 7,23%	875.582	881.157	
Total		875.582	881.157	

7.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	1.591.339	914.296	-	2.505.635
(+) Aplicações	999.433	96.746	878.238	1.974.417
(-) Resgates (*)	(1.210.552)	(61.344)	(13.262)	(1.285.158)
(+) Rendimentos	259.112	108.839	10.606	378.557
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	11.270	-	11.270
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	1.639.332	1.069.807	875.582	3.584.721
(+) Aplicações	516.936	-	129.999	646.935
(-) Resgates (*)	(354.273)	(33.128)	(29.964)	(417.365)
(+) Rendimentos	121.672	72.188	66.739	260.599
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(20.038)	-	(20.038)
Saldo final em 30 de junho de 2026	1.923.667	1.088.829	1.042.356	4.054.852

(*) pagamento cupom, inclusive VJORA e custo amortizado



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total*	Nível 01	Nível 02	Total*
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.748.224	175.718	1.923.942	1.560.428	79.194	1.639.622
Letras Financeiras do Tesouro	1.748.224	-	1.748.224	1.560.428	-	1.560.428
Operações Compromissadas	-	-2.456	2.456	-	-	-
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	173.262	173.262	-	79.194	79.194
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:	1.088.829	-	1.088.829	1.069.807	-	1.069.807
Notas do Tesouro Nacional	1.888.829	-	1.888.829	1.069.807	-	1.069.807
III. Títulos mensurados ao custo amortizado:	995.858	-	995.858	875.582	-	875.582
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	995.858	-	995.858	875.582	-	875.582
Total (I + II + III)	3.832.911	175.718	4.008.629	3.505.817	79.194	3.585.011

(*) O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar do Fundo exclusivo. Estes valores representam o montante de R\$ (276) em 30 de junho de 2026 (R\$ (290) em 31 dezembro de 2025).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos das operações de capitalização

Registra os títulos comercializados que não foram reportados pelas instituições financeiras. Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

Segue abaixo a composição das operações com capitalização:

Produto	30/06/2026	31/12/2025
Pagamento de título mensal - PM001T	8.604	7.059
Pagamento de título mensal - PM024T	13.386	10.070
Pagamento de título único - PU002T	57	459
Pagamento de título único - PU018T	20	-
Pagamento de título único - PUP13T	-	22
Total	22.067	17.610

9. Créditos tributários e previdenciários

Os impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

9.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos a curto prazo no valor de R\$ 5.

9.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabeleceu, dentre outras providências, novas regras para concessão de incentivos e benefícios tributários; a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, para as empresas de capitalização de forma progressiva de 17,5% a partir de 1º abril de 2026, e 20% a partir de 2028.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

Ativo - Não Circulante

	31/12/2024	Constituição	Realização /Reversão	31/12/2025	Constituição	Realização /Reversão	30/06/2026
Imposto de Renda Diferido	20.429	-	(2.957)	17.472	4.836	(965)	21.343
Ativo- Ajuste de TVM	19.324	-	(2.817)	16.507	5.010	-	21.517
Ativo- Diferenças Temporárias	1.105	-	(140)	965	(174)	(965)	(174)
Contribuição Social Diferida	12.489	25	(1.691)	10.823	7.309	(884)	17.248
Ativo- Ajuste de TVM	11.595	-	(1.691)	9.904	7.309	-	17.213
Ativo- Diferenças Temporárias	894	25	-	919	-	(884)	35
Total	32.918	25	(4.648)	28.295	12.145	(1.849)	38.591



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais, outras provisões e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR).

Conforme circular SUSEP Nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudos aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para apuração de lucros tributáveis nos próximos 5 anos, viabilizando o uso na integridade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, contabilizado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

As principais diferenças temporárias são realizáveis no exercício subsequente, não representando a necessidade de projeção de lucros tributáveis de longo prazo.

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	242	242	239	239
Participações dirigentes	-	875	-	2.271
Participações nos lucros e resultados	1.733	1.733	4.068	4.068
Ajustes a valores justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros (VJORA)	86.065	86.065	66.027	66.027
Outras obrigações a pagar	-	-	1.015	1.015
Arrendamento (IFRS16)	(2.670)	(2.670)	(1.462)	(1.462)
Total das provisões temporárias	85.370	86.245	69.887	72.158
Alíquotas	25%	20%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social diferidas	21.343	17.248	17.472	10.823

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo no início do semestre	17.472	10.823	20.429	12.489
Reconhecimento no resultado	(1.139)	(884)	(140)	25
Reconhecimento no patrimônio líquido	5.010	7.309	(2.817)	(1.691)
Saldo no final do semestre	21.343	17.248	17.472	10.823



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros valores e bens – direito de uso

Composto pelo ativo de arrendamento, a movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2025	Adição	Baixa	Depreciação	30/06/2026
Imóvel	953	-	-	(476)	477
Licença software	12.032	-	-	(1.416)	10.616
Total	12.985	-	-	(1.892)	11.093

Passivo	31/12/2025	Adição	Pagamento	transferência	30/06/2026
Circulante	3.737	-	(3.329)	2.595	3.003
Imóvel	952	-	(545)	-	407
Licença software	2.785	-	(2.784)	2.595	2.596
Não circulante	7.786	-		(2.595)	5.191
Imóvel	-	-	-	-	-
Licença software	7.786	-	-	(2.595)	5.191
Total	11.523	-	(3.329)	-	8.194

Ativo	31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2025
Imóvel	902	953	-	(902)	953
Licença software	-	12.975	-	(943)	12.032
Total	902	13.928	-	(1.845)	12.985

Passivo	31/12/2024	Adição	Pagamento	transferência	31/12/2025
Circulante	909	1.142	(909)	2.595	3.737
Imóvel	909	952	(909)	-	952
Licença software	-	190	-	2.595	2.785
Não circulante	-	10.381		(2.595)	7.786
Licença software	-	10.381	-	(2.595)	7.786
Total	909	11.523	(909)	-	11.523

Nota: O montante de pagamento de arrendamento mercantil em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 3.600 (R\$ 3.314 em 31 de dezembro de 2025).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos a pagar

Arrendamento a Pagar	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento a Pagar	9.821	13.346
Juros de arrendamento	(1.627)	(1.823)
Total	8.194	11.523
Circulante	3.003	3.737
Não Circulante	5.191	7.786

11. Intangível

O valor do intangível é referente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. O valor é amortizado linearmente de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos e, a metodologia de cálculo aprovada pela administração por meio de estudo técnico, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição de *impairment*.

Taxa anual de amortização 31/12/2025 Adições Baixas Amortização 30/06/2026

Adquiridos de Terceiros

Balcão de Vendas (a)	5%	141.000	-	-	(4.500)	136.500
Sistemas de Computação	20%	780	-	(388)	(12)	380
Total		141.780	-	(388)	(4.512)	136.880

Taxa anual de amortização 31/12/2024 Adições Baixas Amortização 31/12/2025

Adquiridos de Terceiros

Balcão de Vendas (a)	5%	150.000	-	-	(9.000)	141.000
Sistemas de Computação	20%	269	511	-	-	780
Total		150.269	511	-	(9.000)	141.780

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. Amortizado pelo prazo de vigência do contrato que é de 20 anos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações a pagar

Segue abaixo a composição do grupo de Obrigações a Pagar:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	10.440	10.010
Participação nos lucros a pagar	1.733	4.068
Honorários/Remuneração e gratificações a pagar	1.104	2.271
Outras obrigações a pagar	12	1.040
Total	13.289	17.389

13. Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda retido funcionário	338	319
Imposto de renda retido terceiros	557	347
Imposto sobre serviços	22	-
Contribuições previdenciárias	603	893
Contribuições para o FGTS	114	117
Outros impostos retidos (*)	407	421
Total	2.041	2.097

(*) Refere-se a PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte de terceiros.

14. Encargos trabalhistas

São registrados nessa rubrica as provisões de férias, décimo terceiro e encargos sociais a pagar no valor de R\$ 2.138 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2025).

15. Impostos e Contribuições

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, referente ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que são compostos da seguinte forma:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
IR - Ano Corrente	64.267	107.552
Antecipação de IR	(55.074)	(99.938)
Contribuição Social no Ano Corrente	42.949	67.462
Antecipação de CSLL	(36.239)	(61.596)
COFINS	2.543	2.479
PIS / PASEP	413	403
Total	18.859	16.362



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões no valor de R\$ 1.235 em 30 de junho de 2026 (R\$ 3.975 em 31 de dezembro de 2025).

17. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação no valor de R\$ 1.176 em 30 de junho de 2026 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2025). O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes e esse processo ocorre em até 30 dias.

18. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2025	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2026
Provisão Matemática para Capitalização	2.986.023	762.744	(562.200)	124.778	3.311.345
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	279.921	472.800	(427.216)	2.949	328.454
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	50.551	103.846	(74.501)	538	80.434
Provisão para Resgates	3.316.495	1.339.390	(1.063.917)	128.265	3.720.233
Provisão para Sorteios a Realizar	46.702	18.334	(17.342)	763	48.457
Provisão de Sorteios a Pagar	2.755	14.991	(12.575)	(3)	5.168
Provisão complementar de sorteios	-	3.090	(3.090)	-	-
Provisão para Sorteios	49.457	36.415	(33.007)	760	53.625
Total	3.365.952	1.375.805	(1.096.924)	129.025	3.773.858

	Saldos em 31/12/2024	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão Matemática para Capitalização	2.187.168	1.233.908	(640.416)	205.363	2.986.023
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	146.518	526.937	(397.688)	4.154	279.921
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1	126.083	(75.795)	262	50.551
Provisão para Resgates	2.333.687	1.886.928	(1.113.899)	209.779	3.316.495
Provisão para Sorteios a Realizar	40.691	32.500	(27.501)	1.012	46.702
Provisão de Sorteios a Pagar	1.547	15.278	(14.103)	33	2.755
Provisão complementar de sorteios	-	-	-	-	-
Provisão para Sorteios	42.238	47.778	(41.604)	1.045	49.457
Total	2.375.925	1.934.706	(1.155.503)	210.824	3.365.952



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões Técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	3.773.858	3.365.952
Ativos vinculados à cobertura de reservas (*)		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	3.834.929	3.511.102
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos (**)	159.806	69.644
Total dos ativos vinculados	3.994.735	3.580.746
Equivalente de caixa	163	-
Total dos ativos vinculados	3.994.898	3.580.746
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	221.040	214.794

(*) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 46.498 menor que o valor contábil em 30 de junho de 2026 (R\$ 5.574 maior que o valor contábil em 31 de dezembro de 2025).

(**) O valor de R\$ 13.456 permaneceu em Própria Livre/Desvinculado da Reserva Técnica em 30 de junho de 2026 (R\$ 9.549 em 31 de dezembro de 2025).

20. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, decorrentes de ações de relação de consumo e trabalhista. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

				Causas Cíveis		
				31/12/2025		
Probabilidade de perda	30/06/2026			Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado			
Provável	68	241	241	70	239	239
Possível	-	-	-	1	6	-
Remota	36	534	-	21	283	-
Total	104	775	241	92	528	239

				Causas Trabalhistas		
				31/12/2025		
Probabilidade de perda	30/06/2026			Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado			
Remota	1	329	-	1	305	-
Total	1	329	-	1	305	-
Total	105	1.104	241	93	833	239



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo, a movimentação das provisões judiciais:

	Saldo em 31/12/2025	Constituição líquida de reversões	Pagamentos	Saldo em 30/06/2026
Cíveis	239	67	(65)	241
Trabalhistas	-	-	-	-
	239	67	(65)	241

	Saldo em 31/12/2024	Constituição líquida de reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	186	102	(49)	239
Trabalhistas	307	153	(460)	-
	493	255	(509)	239

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 74.670 representado por 13.334 dividido em 6.667 ações ordinárias e 6.667 ações preferenciais.

b) Reserva de capital

A rubrica "Reserva de Capital" registra os valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 180.000, referente a constituição da reserva de investimento decorrente do direito de acesso exclusivo ao Balcão Caixa, no prazo de 20 anos.

c) Reserva de lucros

Em 30/06/2026, as reservas de lucros são R\$ 82.461 (R\$ 152.694 em 31 de dezembro de 2025).

d) Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Em 12 de junho de 2026 foram pagos aos acionistas dividendos no valor de R\$ 70.233 oriundos da reserva especial para dividendos.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. Em 30 de junho de 2026 o saldo bruto era de R\$ 86.066, R\$ 47.336 líquido dos tributos (R\$ 66.027 de saldo bruto e R\$ 39.617 líquido de tributos, em 31 de dezembro de 2025).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido	449.205	367.747
Ajustes contábeis	(155.673)	(151.481)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(18.793)	(9.701)
Ativos Intangíveis	(136.880)	(141.780)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(20.307)	7.333
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	(26.737)	3.344
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	6.430	3.989
PLA Nível 1	246.997	201.016
PLA Nível 2	6.430	3.989
PLA Nível 3	19.799	18.594
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	273.226	223.599
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	4.486	3.127
Capital de Risco de Subscrição	19.073	12.779
Capital de Risco - Mercado	118.073	113.784
Capital de Risco - Redução por correlação	(15.928)	(11.095)
Capital de Risco - Operacional	6.289	5.367
Capital de Risco (CR) (b)	131.993	123.962
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	131.993	123.962
Patrimônio líquido ajustado	273.226	223.599
(-) Exigência de capital - EC	(131.993)	(123.962)
Suficiência de capital - R\$	141.233	99.637
Suficiência de capital (% da EC)	207%	180%



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciam o resultado, referem-se a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas, como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Icatu Serviços de ADM Previdenciária e Consultoria S.A. (a)	-	-	9.136	8.423	-	-	51.012	41.326
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (b)	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Holding Securitárias S.A. (Controladora) (b)	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Corretora S.A. (Ligada) (c)	-	-	975	3.975	-	-	78.017	61.079
Caixa Econômica Federal (Controladora) (d)	4.078.358	3.584.734	-	-	-	-	11.907	10.738
XS5 CONSÓRCIO S.A.(e)	-	-	-	-	1.291	968	554	295
XS6 ASSISTENCIA S.A (Ligada) (e)	-	-	-	-	3.130	2.416	1.574	1.056
XS3 Seguros S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	1.663	1.477	898	840
Caixa e Vida Previdência S.A (Ligada) (f)/(g)	-	-	-	-	-	-	976	827
Caixa Cartões Pré-Pagos S.A. (Ligada) (h)	-	-	-	-	-	-	998	842
Total	4.078.358	3.584.734	10.111	12.398	6.084	4.861	145.936	117.003

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir.

- (a) Despesas como localização e funcionamento, bem como com o BPO (gestão do processamento, arrecadação, resgate e gerenciamento dos títulos e demais sistemas operacionais).
- (b) Dividendos a pagar.
- (c) Despesas de comissão de venda de títulos de capitalização
- (d) Valor referente as despesas bancárias, aplicações financeiras (líquido da taxa de administração dos fundos exclusivos, conforme nota 7.1) disponível e o *float* de recebimento de títulos.
- (e) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência bimestral. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao produto adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao cliente. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
- (f) Seguro de vida e acidentes dos funcionários.
- (g) Contribuições, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários.
- (h) Taxa de administração coletiva e acessórias oriundas do Contrato de Prestação de Serviços para emissão de cartões CAIXA Refeição e Alimentação aos empregados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Remuneração do pessoal – chave da Administração

A remunerações e benefícios atribuídas aos Administradores, membros dos Comitês e do Conselho de Administração, é deliberado anualmente, por meio da Assembleia Geral.

Partes relacionadas	Passivo		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Membros da Diretoria	875	2.271	2.716	2.202
Conselho Fiscal	-	-	109	120
Comitê de Risco	-	-	94	90
Comitê de Auditoria	-	-	250	239
Conselho de Administração	-	-	388	406
Total	875	2.271	3.557	3.057

23. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2026			31/12/2025		
Produto	Processo	% de Carregamento	Produto	Processo	% de Carregamento
PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%	PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%
PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%	PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%
PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%	PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%
PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%	PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%
PU022T	15414.601298/2024-61	27,26%	PU007I	15414.615855/2021-88	25,16%

24. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

	30/06/2026	30/06/2025
a) Receitas com títulos de capitalização		
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	768.358	569.205
Devolução e Cancelamento - Quotas cap e sorteio	(741)	(539)
Total quotas de capitalização e sorteio	767.617	568.666
Contribuição - quotas de carregamento	321.587	291.926
Devolução e Cancelamento - Quotas carregamento	(787)	(815)
Total quotas de carregamento	320.800	291.111
b) Resultado com resgate		
Reversão da provisão para resgate	649	516
Constituição da provisão para resgate	(750.934)	(554.159)
Despesas com resgate	(11.843)	(5.922)
Total	(762.128)	(559.565)



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
c) Resultado com sorteios		
Reversão da provisão para sorteio	17.342	12.469
Constituição da provisão para sorteio	(18.334)	(15.217)
Despesas com títulos sorteados	(14.991)	(7.146)
Total	(15.983)	(9.894)
d) Custo de aquisição - capitalização		
Despesas de corretagem	(78.017)	(61.079)
Despesas de custeamento de vendas	(3.575)	(2.693)
Total	(81.592)	(63.772)
e) Outras receitas e despesas operacionais – capitalização		
Receita com resgate de título	26.487	15.683
Despesas prestação de serviços operacionais	(70.820)	(58.304)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.332	(605)
Total	(43.001)	(43.226)
f) Despesas com tributos		
Impostos		
COFINS	(14.417)	(12.665)
PIS	(2.343)	(2.058)
Taxa de fiscalização	(882)	(882)
Total	(17.642)	(15.605)
g) Resultado financeiro		
Categoria - Valor justo por meio do resultado		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	250.172	165.270
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	10.427	9.042
Total – receitas financeiras	260.599	174.312
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(129.025)	(93.412)
Outras despesas financeiras	(375)	(2.952)
Total – despesas financeiras	(129.400)	(96.364)
Total	131.199	77.948



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	269.059	269.059	221.043	221.043
Participações nos Lucros e Resultados	(1.333)	(1.333)	(1.700)	(1.700)
Resultado antes dos Impostos	267.726	267.726	219.343	219.343
ADIÇÕES	8.786	8.786	6.415	6.415
Adição Permanente:	5.936	5.936	2.624	2.624
Patrocínios Incentivados e Doações	3.391	3.391	1.926	1.926
Amortização e juros de arrendamento	2.088	2.088	491	491
Gratificações dirigentes	435	435	202	202
Outros	22	22	5	5
Adição Temporária:	2.850	2.850	3.791	3.791
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	242	242	707	707
Participações dirigentes	875	875	800	800
Participações nos lucros e resultados	1.733	1.733	1.544	1.544
Outras obrigações a pagar	-	-	740	740
EXCLUSÕES	(8.928)	(11.635)	(4.980)	(6.727)
Exclusão Permanente:				
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(239)	(239)	(493)	(493)
Amortização de arrendamento mercantil	(3.606)	(3.606)	(567)	(567)
Participação dirigentes	-	(2.707)	-	(1.747)
Participações nos lucros e resultados	(4.068)	(4.068)	(2.820)	(2.820)
Outras exclusões	(1.015)	(1.015)	(1.100)	(1.100)
Resultado Ajustado	267.584	264.877	220.778	219.031
Alíquotas nominais	15% + 10%	15% + 2,5%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(63.690)	(42.604)	(53.463)	(32.854)
Reversão da provisão de créditos tributários	(1.139)	(883)	(355)	(325)
Despesas com IRPJ/CSLL	(64.829)	(43.487)	(53.818)	(33.179)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24%	16%	24%	15%



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente

Inês da Silva Magalhães

Vice-presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares
Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Marcio de Moraes Palmeira
Amanda Araújo Rodrigues

Diretoria

Diretora Presidente

Nelma Souza Tavares

Diretores

Ary Jorge dos Santos Costa
Andrea Paula Abelha Mota
Carlos Jose Veiga

Contador

José Ricardo Alves Pereira
CRC RJ 084222/O-8

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: CC3F73B2-0031-8CA3-82CC-6F19695DCEA4
 Subject: Complete with Docusign: XS4CAPITALIZACAO26.JUN.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 50
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
 Luiza Macedo
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 luiza.macedo@pwc.com
 IP Address: 134.238.160.208

Record Tracking

Status: Original 27 August 2026 11:52	Holder: Luiza Macedo luiza.macedo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 27 August 2026 19:31	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team @pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Marcelo Luis Teixeira Santos
 marcelo.l.teixeira@pwc.com
 Partner
 PricewaterhouseCoopers
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP-Brasil
 Issuer: AC SyngularID Multipla
 Subject: CN=MARCELO LUIS TEIXEIRA
 SANTOS:04280218757

Signature

DocuSigned by:

 FADB61853F4948B...

Signature Adoption: Drawn on Device
 Using IP Address: 20.226.46.50

Certificate policy:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 27 August 2026 | 12:46
 Viewed: 27 August 2026 | 19:31
 Signed: 27 August 2026 | 19:31

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Luiza Macedo luiza.macedo@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 27 August 2026 19:31 Viewed: 27 August 2026 19:31 Signed: 27 August 2026 19:31
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	27 August 2026 12:46
Certified Delivered	Security Checked	27 August 2026 19:31
Signing Complete	Security Checked	27 August 2026 19:31
Completed	Security Checked	27 August 2026 19:31

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------